

O futuro da polarização mundial

Samir Amin

Presidente do Fórum do 3º Mundo -
Dakar, Senegal

O acúmulo destas transformações leva à decadência o sistema mundial pós-guerra, sem porém construir um novo sistema mundial caracterizado por novas formas de polarização, levando, ao contrário, a uma "desordem mundial".

1 A desigualdade no desenvolvimento das sociedades humanas marca toda a história conhecida, desde a antiguidade mais distante. Mas é somente na época moderna que a polarização torna-se produto imanente da expansão mundial de um sistema que, pela primeira vez na história, passou a integrar no interior de uma única lógica econômica – a do capitalismo – todos os povos do planeta. A polarização moderna (capitalista) assumiu formas diferentes conforme a evolução dos modos de produção:

1.1 A forma mercantilista (1500-1800), anterior à revolução industrial, dominada pela hegemonia do capital mercantil dos centros atlânticos e pela conformação dos centros periféricos da época (as Américas), em função de sua total submissão à lógica de acumulação do capital mercantil.

1.2 A modalidade "clássica" organiza-se a partir da Revolução Industrial, que enfim define as formas centrais do capitalismo, ao mesmo tempo que as periferias (progressivamente toda a Ásia exceto o Japão, e a África que se acrescentam à América Latina) permanecem rurais, não industrializadas, especializadas – do ponto de vista da divisão capitalista mundial do trabalho – na produção agrícola e mineradora. Este importante aspecto da polarização é acompanhado por um não menos importante segundo aspecto do sistema: a cristalização dos sistemas industriais centrais como sistemas autocentrados, construídos em paralelo ao Estado nacional burguês. Consideradas juntas, estas duas características explicam a dimensão dominante da ideologia da libertação nacional, que se coloca como resposta ao desafio da polarização e explicam a aspiração à industrialização, vista como sinônimo de progresso emancipatório e meio de recuperação do atraso, e a aspira-

ção da construção de Estados nacionais com base no exemplo dos modelos centrais. A ideologia da modernização se define baseada nestes conteúdos essenciais da concepção da modernidade. As formas clássicas da polarização definem o sistema econômico desde a Revolução Industrial até a Segunda Guerra Mundial.

1.3 O período do pós-guerra (1945-1990) contempla a erosão progressiva das duas características acima definidas. Com efeito, é durante o período da industrialização das periferias – certamente desigual mas de qualquer modo muito intensa tanto na Ásia como na América Latina – que os movimentos de libertação nacional buscam acelerar sua modernização no contexto de Estados que paulatinamente retomam sua autonomia política. É também o período do desmonte progressivo dos sistemas produtivos nacionais centrais e de sua recomposição como elementos constitutivos de um sistema mundial integrado.

1.4 O acúmulo destas transformações leva à decadência o sistema mundial pós-guerra, sem porém construir um novo sistema mundial caracterizado por novas formas de polarização, levando, ao contrário, a uma "desordem mundial". O caos que caracteriza a nossa época deriva de um fracasso tríplice do sistema: não se desenvolveram formas novas de organização política e social capazes de superar o Estado nacional; não se definiram sistemas eficientes de relações econômicas e políticas capazes de conciliar o salto de industrialização das novas periferias da Ásia e da América Latina, tornadas competitivas nos mercados mundiais, com as periferias africanas, permanecidas à margem da industrialização competitiva como áreas de exclusão.

Este caos se manifesta em todas as regiões do mundo e em todas as

dimensões da crise, na sua expressão política, social e ideológica. Está na origem das dificuldades que se manifestam na construção da Europa, a qual parece incapaz, de repente, de realizar a integração dos seus mercados e o desenvolvimento paralelo de formas políticas unitárias em escala europeia. Está na origem das convulsões que se abatem sobre todas as periferias, a Europa do Leste, o Terceiro Mundo semi-industrializado e o novo Quarto Mundo totalmente marginalizado. Longe de sustentar o progresso da globalização planetária, o caos atual manifesta sua extrema vulnerabilidade.

1.5 O aspecto caótico dominante neste momento não deve nos impedir de refletir sobre as diversas possibilidades de evolução capazes de nos conduzir a uma "nova ordem mundial" mesmo que – considerando que as evoluções são multiformes – sejam possíveis diversos tipos de "ordens mundiais". Gostaria de convidar aqui, para uma discussão sobre estas questões ligadas ao discurso da globalização – ídolo que exhibe o seu triunfo no exato momento em que todos os fatos demonstram sua precariedade.

2. O leitor certamente terá percebido que o método proposto para esta análise da história do capitalismo mundial não está centrada na questão das "hegemonias". O conceito de hegemonia – sempre definido, segundo minha opinião, de maneira imprecisa e, por isso, pouco científica e freqüentemente estéril – não me parece que deva estar no centro do debate. Ao contrário, estou convencido que a hegemonia, longe de constituir a regra, representa mais precisamente a exceção na história mundial, marcada nitidamente pelo conflito entre partners que colocam em questão a própria hegemonia. A hegemonia dos Estados Unidos, que parece se impor neste momento – talvez, simplesmente, por falta de alternativas – permanece frágil e precária, aliás como a própria globalização nas formas em que ela se dá hoje.

2.1 Portanto, o debate – segundo minha opinião – deve se abrir com uma discussão aprofundada sobre

O aspecto caótico dominante neste momento não deve nos impedir de refletir sobre as diversas possibilidades de evolução capazes de nos conduzir a uma "nova ordem mundial" mesmo que – considerando que as evoluções são multiformes – sejam possíveis diversos tipos de "ordens mundiais"

as novidades introduzidas no sistema mundial pela erosão do sistema precedente.

Com relação a isso, eu repito que os elementos novos, conforme minha opinião, são dois: a erosão do Estado nacional autocentrado e, conseqüentemente, o desaparecimento paulatino da convergência entre o espaço de reprodução da acumulação e o de sua gestão política e social, até agora definido precisamente pelas fronteiras do Estado nacional autocentrado; e a erosão da diferença entre centro (regiões industrializadas) e periferias (regiões não industrializadas) e o surgimento de novas dimensões da polarização. A posição de um país na pirâmide mundial é definida a partir do nível de capacidade competitiva de sua produção no mercado mundial. O reconhecimento desta verdade não implica absolutamente na aceitação daquela banalidade da economia burguesa vulgar pela qual tal posição se conquista pondo em prática políticas econômicas "racionalis", cuja racionalidade é medida precisamente pela submissão às pretensas "leis objetivas do mercado". Totalmente em oposição a estas banalidades, eu afirmo que a "competitividade" em questão é o produto complexo de um conjunto de condições que operam em todos os campos da realidade – econômico, político e social – e que, nesta luta desigual, os centros põem a funcionar o que eu chamo os seus "cinco monopólios" que garantem a eficiência de sua ação.

Estes cinco monopólios atingem a teoria social em sua totalidade e são precisamente: 1) os monopólios à disposição dos centros contemporâneos no setor da tecnologia, monopólios, estes, que exigem despesas gigantescas que somente o Estado – o grande e rico Estado – pode sustentar. Sem o seu empenho – que os neoliberais preferem sempre ignorar – e, em particular, o empenho nas despesas militares, a maioria destes monopólios não poderia ser mantida; 2) os monopólios que operam no setor de controle dos fluxos financeiros à nível mundial. A liberalização da ação das maiores instituições financeiras, que operam no mercado financeiro mundial, deu à estes monopólios uma eficiência sem precedentes. Ainda recentemente, a maior parte da poupança de uma nação podia circular somente no espaço – geralmente nacional – dominado pelas suas instituições financeiras. Hoje não é mais assim: a poupança é centralizada em instituições financeiras cujo campo de ação é o mundo inteiro. Elas constituem o capital financeiro, o segmento mais internacionalizado do capital. Este privilégio se baseia em uma lógica política que obriga a aceitar a globalização financeira. Esta lógica poderia ser posta em discussão por uma simples decisão política de ruptura, mesmo que limitada ao setor das transferências financeiras.

De outro lado, o movimento livre do capital financeiro opera – é bom sabê-lo – no quadro definido por um sistema monetário internacional que julgo hoje superado. Este sistema está baseado no dogma da livre valorização de divisas por obra do mercado (com base uma teoria pela qual a moeda seria uma mercadoria como as outras) e na referência ao dólar como moeda universal de fato. A primeira destas condições não tem fundamento científico e a segunda opera somente por falta de alternativas. Uma moeda nacional pode desempenhar as funções de moeda internacional somente se as condições de competitividade internacional produzem um excedente estrutural de exportações do país cuja divisa desempenha esta função, assegurando desta forma o financiamento – por

parte do país interessado – da adequação estrutural dos outros. Era este o caso da Grã-Bretanha no século XIX. Não é o caso dos Estados Unidos hoje, que, ao contrário, financiam seu deficit com os empréstimos que impõem aos outros. E nem é o caso dos concorrentes dos Estados Unidos, dado que os excedentes do Japão (os excedentes alemães desapareceram após a reunificação) não são certamente suficientes às necessidades financeiras que a adequação estrutural dos outros exigiria. Nestas condições, a globalização financeira, longe de se impor “naturalmente”, é de uma fragilidade extrema. A curto prazo, somente gera uma instabilidade permanente, e não a estabilidade necessária para por em marcha, de forma eficaz, os processos de adaptação: 3) os monopólios para o acesso aos recursos naturais do planeta. Os perigos que o planeta corre por causa da exploração insensata dos recursos, e que o capitalismo – baseado em uma racionalidade social à curto prazo – não é capaz de superar, fortalecem o monopólio dos países já desenvolvidos, os quais buscam simplesmente evitar que os outros imitem o seu desperdício; 4) os monopólios no campo das comunicações de massa, que não somente nivelam por baixo a cultura mundial que eles transmitem, mas também abrem novas oportunidades de manipulação política. A expansão do mercado dos mass-média modernos já é hoje uma dos maiores componentes da erosão da idéia e da prática democrática no próprio Ocidente; por fim, 5) os monopólios que operam no setor de armamentos para a destruição em massa. Limitado pelo bipolarismo pós-bélico, este monopólio é novamente a arma absoluta à disposição da diplomacia norte-americana, como em 1945. Se a “proliferação” comporta perigos evidentes, na falta de um controle democrático mundial do desarmamento realmente global, não existe outro método com o qual combater este monopólio inaceitável.

Tomados em conjunto, estes cinco monopólios definem o quadro no qual se expressa a lei do valor internacional. Longe de ser expressão da racionalidade econômica

Em contraposição ao discurso ideológico predominante, eu sustento que a globalização através do mercado é uma utopia reacionária contra a qual deve ser desenvolvida teórica e praticamente a alternativa de um projeto humano de uma globalização inserida numa perspectiva socialista.

“pura”, desprendida do quadro social e político, a lei do valor é a expressão condensada do conjunto daqueles condicionamentos. Eu defendo, aqui, que estes condicionamentos eliminam o peso da industrialização das periferias, desvalorizam o trabalho produtivo incorporado àquela produção e sobrevalorizam o valor agregado atribuído às atividades dos novos monopólios centrais. Eles produzem, portanto, uma nova hierarquia na distribuição da renda em escala mundial, mais desigual do que nunca, subordinando as indústrias das periferias e reduzindo-as à atividades secundárias. A polarização, deste modo, encontra um novo fundamento, destinado a determinar suas formas futuras.

3. Em contraposição ao discurso ideológico predominante, eu sustento que a globalização através do mercado é uma utopia reacionária contra a qual deve ser desenvolvida teórica e praticamente a alternativa de um projeto humano de uma globalização inserida numa perspectiva socialista.

A realização deste projeto implica a construção de um sistema político mundial não “à serviço” do mercado mundial, mas capaz de definir o quadro operativo deste próprio mercado, da mesma maneira como o Estado nacional representou historicamente não tanto o campo de ação do mercado nacional, mas sim o quadro social de sua ação. Um sistema político mundial

deveria assumir a responsabilidade máxima com relação aos quatro setores a seguir elencados: a organização do desarmamento global à níveis apropriados, liberando, deste modo, a humanidade da ameaça do holocausto nuclear ou não; a organização de um acesso justo e sempre menos desigual aos recursos do planeta e a colocação em funcionamento de sistemas mundiais de decisão neste campo; fixação de tarifas que impeçam o desperdício e imponham valores e rendas relativas a estes recursos e que levem à formação de um sistema fiscal mundial; a negociação de relações econômicas ágeis, abertas, mas controladas, entre as grandes regiões do mundo de desenvolvimento desigual, de modo a reduzir progressivamente o monopólio tecnológico e financeiro dos centros (isso implica, é claro, a liquidação dos institutos atualmente encarregados da gestão do mercado mundial, o Banco assim chamado Mundial, o FMI, o GATT, etc.) e a criação de outros sistemas de gestão da economia mundial; a organização de negociações que permitam uma gestão correta do conflito dialético mundial/nacional no campo das comunicações, da cultura e da política (esta gestão implica a criação de instituições políticas em grau de representar os interesses sociais que operam em escala mundial, em um certo sentido, a criação de um “parlamento mundial” que supere o conceito de instituições supraestatais em vigor até hoje.

4. É evidente que as tendências do mundo atual não vão no sentido que indiquei e que os objetivos de um projeto fundado nos valores humanos não constituem o objetivo dos conflitos em curso. Seria espantoso se fosse o contrário. A erosão do sistema precedente certamente não preparava a própria superação e só podia acabar no caos. As forças dominantes enquadram sua ação neste caos e buscam somente proteger seus próprios privilégios a curto prazo, agravando desta maneira o caos. A tentativa de legitimar suas escolhas com a simples ideologia do mercado “autoregulado”, ou com o puro e simples cinismo, não se torna uma so-

lução do problema: antes, faz parte dos problemas a serem resolvidos. Mesmo as reações imediatas à degradação das suas condições não são necessariamente positivas: no desespero, forças importantes podem se mobilizar ao redor de temas ilusórios como os fundamentalismos religiosos ou os recuos nacionalistas. É dever da esquerda – é a sua vocação histórica – construir na teoria e na prática as condições de uma resposta humana a este desafio. Em falta disto, permanecem muito prováveis involuções regressivas e até criminosas.

As dificuldades com as quais o projeto europeu se defronta constituem uma perfeita visão do beco sem saída da “globalização através do mercado”. Estas dificuldades, que nos primeiros entusiasmos não tinham sido vistas, eram perfeitamente previsíveis e previstas por quem – como eu – nunca acreditou que o Mercado Comum Europeu teria sozinho criado a Europa. Nós dizíamos que um projeto tão ambicioso podia ser criado somente por uma esquerda europeia capaz de realizar a construção do mercado unificado no quadro de um projeto social e cultural de progresso, sem o qual teria permanecido frágil e também reversível ao primeiro incidente contrário. Era preciso, portanto, que a esquerda europeia impusesse que cada etapa de integração dos mercados fosse acompanhada por série dupla de medidas, capazes de assegurar, de um lado, benefícios para os trabalhadores, fortalecendo deste modo o seu poder social e a sua unidade, e, de outro, a construção de um sistema político capaz de superar os Estados nacionais e se tornar a forma política para uma gestão eficaz do mercado ampliado. Nada disso aconteceu. O projeto europeu foi sustentado pela direita, reduzido à dimensões mercantis, ao mesmo tempo que as esquerdas, antes ou depois, se aliaram ao lado desta operação, sem impor suas condições. O resultado, hoje, está à frente de nossos olhos: a mudança da conjuntura mundial colocou os partners europeus na condição de adversários que não podem aliviar suas dificuldades (sobretudo o desemprego) a não ser prejudicando

A crise do projeto europeu representa um dos maiores obstáculos à construção de uma nova globalização.

Mas a Europa não é certamente o lugar exclusivo de manifestações involutivas, respostas inadequadas e trágicas ao desafio da construção de um sistema mundial renovado.

outros e, mais ainda, sem ter a disposição instrumentos eficazes para poder fazê-lo. Sem meios eficazes de enquadrar as lógicas de mercado, eles serão sempre mais tentados a lançar mão de recuos involutivos. Nestas condições, a vontade de evitá-los, proclamada talvez com sinceridade por homens políticos importantes de direita e esquerda, tanto na França como na Alemanha, é somente um meio para encantar as massas.

As dificuldades da “pequena Europa” (a CEE) explodem precisamente no momento em que a grande Europa introduz novas dimensões no desafio. Era a ocasião para a esquerda repensar o projeto europeu em seu conjunto e esboçar a construção de uma grande Europa econômica e política (“confederada”), ancorada à esquerda através da reconstrução da unidade das forças do trabalho em escala europeia. Permitiu-se que a ocasião passasse e, ao contrário, as forças da direita se sustentaram, ansiosas em tirar proveito do desaparecimento do sistema soviético, substituindo-o por um sistema capitalista selvagem. É evidente que este projeto “latino-americano” do Leste europeu só pode enfraquecer as possibilidades de um projeto europeu ancorado à esquerda, e só pode acentuar os desequilíbrios no seio da Europa dos doze em benefício do único elemento capaz de capitalizar a situação em seu proveito: a Alemanha unificada.

A crise do projeto europeu repre-

senta um dos maiores obstáculos à construção de uma nova globalização. Mas a Europa não é certamente o lugar exclusivo de manifestações involutivas, respostas inadequadas e trágicas ao desafio da construção de um sistema mundial renovado. Em todo o Terceiro Mundo, e especialmente nas regiões marginalizadas a partir do desaparecimento do antigo bipolarismo (áreas islâmicas, árabes e africanas), mas também no novo Terceiro Mundo do Leste (como bem pode se ver na ex-URSS e na ex-Iugoslávia) as involuções autodestrutivas levam vantagens sobre as possíveis – mas até agora inexistentes – respostas positivas.

5. Uma análise realista deve portanto imaginar, na base da configuração atual das forças em conflito, os diversos cenários possíveis. Examinarei alguns deles para demonstrar que todos permanecem inadequados em relação às exigências da construção de uma ordem mundial estável e aceitável, e que portanto não permitem a saída do caos atual.

A questão europeia está no centro do imaginário acerca do futuro da globalização. O projeto europeu está parado, ameaçado de desintegração, e as forças favoráveis à idéia europeia poderiam achar útil e possível derivar para uma hipótese secundária, isto é a Europa alemã. Baseando-se na expansão alemã em direção a um Leste europeu latino-americanizado (segundo a tradição desde Bismarck até Hitler), este projeto admitiria a participação da França, Itália e Espanha somente no caso em que não atrapalhassem a ação alemã. Nesta hipótese, tudo faria pensar que o barco da Inglaterra navegaria próximo às costas norte-americanas, tomando distância da Europa “continental”. De fato, já estamos neste caminho e já encontramos legitimação para esta escolha, através da prioridade que pensa-se dar, neste modelo de construção europeia, à “gestão monetária neutra” (um conceito tecnocrático baseado na ignorância do senso político da gestão da moeda), evidentemente confiada ao Bundesbank: não creio que esta caricatura de projeto europeu possa

realmente se revelar estável, porque com o tempo nem a Rússia nem a França aceitarão a perda de suas respectivas posições.

Além do mais, o cenário centralizado na Alemanha não ameaçaria as funções privilegiadas dos Estados Unidos. Com efeito, é bastante evidente que em nenhum dos setores relativos aos cinco monopólios, dos quais assinalei o papel decisivo, este projeto teria os meios para enfrentar as posições norte-americanas.

Vamos passar a um segundo cenário possível, o de uma segunda edição da hegemonia norte-americana, na falta de alternativas. Este cenário, porém, admite muitas variáveis: a mais provável permitiria um certo grau de "partilha do fardo" aliada à uma regionalização neo-imperialista, que atrelaria a América Latina ao carro norte-americano e a África ao carro alemão-europeu (com algumas migalhas para a França), sem porém atingir a região do Golfo e o "mercado comum médio-oriental" que permaneceriam sob o domínio dos Estados Unidos, o qual, por fim, entregaria o sul asiático ao expansionismo nipônico. Mas esta divisão não significa igualdade entre os três centros considerados: os Estados Unidos permaneceriam, de qualquer modo, em uma posição de privilégios. Não acredito também que opções neo-imperialistas como estas possam garantir a estabilidade do sistema perante a revolta da América Latina, da Ásia e da África.

Temos portanto que dirigir nossa atenção à Ásia, situada à margem do conflito euro-norteamericano. Sublinhou-se com frequência que, na crise global atual, a Ásia representa uma exceção porque tanto na China, como no Japão, na Coreia e em alguns países do sudeste asiático (Malásia, Singapura e Tailândia) e mesmo na Índia, se registraram indiscutíveis sucessos em termos de crescimento e eficiência (medidas com base o mercado mundial). Concluir disso que no próximo futuro haverá uma hegemonia asiática o passo é curto e, muitas vezes, é feito com demasiada pressa. Com efeito, a Ásia, neste conceito globalizante, representa

Os diversos cenários possíveis se inscrevem todos em perspectivas que não põem em discussão a polarização Norte/Sul. A lógica que regula o sistema capitalista perpetua o contraste entre centros e periferias e estará baseada nos cinco monopólios dos quais falei anteriormente.

mais da metade da população do mundo. Esta população está dividida em nações distintas. O conceito vago de hegemonia pode ser substituído por o de uma Ásia transformada em região principal da acumulação capitalista. Seria preciso, porém, esclarecer como funcionaria esta acumulação, como se articulariam as relações entre as diversas nações da região e com o restante do mundo. Aqui, as variantes adquirem o seu pleno significado. A mais trivial que se pode configurar – isto é, a predominância japonesa na região – é a menos plausível segundo minha opinião. A vulnerabilidade do Japão permanece uma desvantagem muitas vezes subestimada pelos admiradores dos mais recentes sucessos nipônicos. E é precisamente por causa disso que o Japão permanece ligado ainda aos Estados Unidos. E também não tem fundamento a hipótese de que a China, ou até a Coreia, aceitem uma posição de subalternidade. Nestas condições, a gestão do equilíbrio inter-asiático exigiria a intervenção de potências externas à região e os Estados Unidos são os únicos candidatos a este papel, que assim prolongaria sua supremacia sobre o restante do mundo.

Permanece o fato, porém, que, de qualquer modo, a probabilidade que os países asiáticos reforçem sua posição no sistema mundial – sobretudo a China – é muito alta. Como os Estados Unidos reagirão à esta evolução? Segundo minha

opinião, toda a estratégia das alianças mundiais girará em torno desta questão. É óbvio que o desenvolvimento da China recolocaria em questão todos os equilíbrios globais. Por essa razão, o desenvolvimento chinês será percebido pelos Estados Unidos como uma "ameaça". Segundo a minha opinião, o conflito do futuro colocará frente à frente norte-americanos e chineses. Qual será a atitude da Europa neste conflito? É difícil prevê-lo agora.

6. Os diversos cenários possíveis se inscrevem todos em perspectivas que não põem em discussão a polarização Norte/Sul. A lógica que regula o sistema capitalista perpetua o contraste entre centros e periferias e estará baseada nos cinco monopólios dos quais falei anteriormente.

Pode-se observar que não há nada de novo nesta perspectiva, já que a polarização faz parte quase da ordem natural das coisas. Não vou terminar com esta observação porque no curso dos últimos cinco séculos o que mudou é precisamente o seguinte: os povos marginalizados pela expansão capitalista mundial, que por longos anos aparentemente aceitaram sua sorte, desde cinquenta anos atrás não a aceitam mais, e a aceitação sempre menos no futuro. O aspecto positivo da globalização inaugurada pelo capitalismo – e que na versão truncada que ele produz não é capaz de superar – representa a parte podre da fruta. Aquilo que foi esboçado pelas revoluções russa e chinesa – o projeto de recuperação do sistema através da revolta dos povos da periferia – prossegue sob novas formas. A razão última da instabilidade dos sistemas mundiais encontra aqui sua causa essencial. É claro que os conflitos que preencherão a cena mundial do futuro terão alcanças diversos, como no passado. A intuição me leva a pensar que no desenvolvimento histórico futuro terão um papel determinante os conflitos que oporão os povos asiáticos ao sistema dominante. Isso não exclui a participação de outros à revolta generalizada contra a polarização, como não podem ser excluídos avanços e transformações que partam dos próprios centros do

sistema. Já me manifestei em outros trabalhos sobre este aspecto da problemática da transformação socialista do mundo e não voltarei a este assunto. E não podem ser excluídas derrotas – mesmo dramáticas – de povos que queiram se encerrar na recusa de uma perspectiva universalista. Isto também disse em outro lugar.

O projeto de uma resposta fundada em valores humanos ao desafio da globalização introduzido pela expansão capitalista, projeto este que pode parecer de todo "idealista", não é no entanto "utópico". Ele é, ao contrário, o único projeto idealista possível, no sentido que o esboço de uma evolução neste sentido deveria unificar rapidamente e em todo lugar poderosas forças sociais em grau de impor sua lógica.

Para mim, isso significa renovar a perspectiva de um socialismo mundial. A fim de preparar as suas condições, é preciso, antes de tudo, recompor as forças ideológicas e políticas capazes de combater os cinco monopólios que reproduzem a polarização capitalista e impor deste modo uma "adequação recíproca" em lugar de um ajuste unilateral preconizado pela lógica capitalista.

O projeto de uma resposta fundada em valores humanos ao desafio da globalização introduzido pela expansão capitalista, projeto este que pode parecer de todo "idealista", não é no entanto "utópico".

Na frente ideológica e cultural, esta luta impõe a retomada de debates que me parecem fundamentais: a dialética entre o universal e o particular; a relação entre a democracia política e o progresso social; a dialética entre eficácia econômica (e os instrumentos através dos quais ela se expressa: o mercado etc.) e os valores da igualdade e fraternidade; a definição dos objetivos socialistas mundiais à luz das reflexões precedentes.

Na frente da política mundial, ela impõe o avanço de formas de organização do sistema mundial mais autenticamente democráticas e, precisamente por isso, em grau de reorganizar as relações econômicas em bases sempre menos desiguais.

Neste quadro, a prioridade mais imediata cabe à reorganização do sistema global a partir da constituição de grandes regiões que reúnam os fragmentos esparsos das atuais periferias. A constituição das regiões latino-americana, árabe, africana, do sudeste asiático, ao lado da China e da Índia (os únicos países continentais do planeta) encontra aqui seu sentido. Eu proponho que este objetivo constituia o primeiro ponto de uma nova agenda do "movimento dos Países não alinhados". Estas regionalizações não excluem outras, como a Europa ou a ex-URSS. A razão desta exigência é muito simples: os cinco monopólios de nossa análise podem ser combatidos eficientemente somente nesta escala. Deste modo, tornar-se-á possível, por sua vez, a constituição de um sistema econômico e financeiro realmente mundial, organizado em diversos níveis (nacional, regional, mundial).

É sabido que a transformação do mundo começa sempre com o desenvolvimento das lutas de base. Sem o início de uma transformação dos sistemas ideológicos, políticos e sociais em suas bases nacionais, o discurso sobre a globalização e a polarização permanecerá aquela de analistas que trabalham post mortem.